

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CAMILA MAIA DOS SANTOS

**A PARTICIPAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS NA ELABORAÇÃO DO
RATING PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO ÀS PESSOAS JURÍDICAS NA
PERCEPÇÃO DOS ANALISTAS: um estudo de caso em uma cooperativa de
crédito.**

**JOÃO PESSOA
2014**

CAMILA MAIA DOS SANTOS

**A PARTICIPAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS NA ELABORAÇÃO DO
RATING PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO ÀS PESSOAS JURÍDICAS NA
PERCEPÇÃO DOS ANALISTAS:** um estudo de caso em uma cooperativa de
crédito.

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora Prof. (ª): Ms. Sheila Sayuri Kataoka

**JOÃO PESSOA
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237p Santos, Camila Maia dos.

A participação dos relatórios financeiros na elaboração do rating para concessão de crédito às pessoas jurídicas na percepção dos analistas: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito./ Camila Maia dos Santos. – João Pessoa: UFPB, 2014.
65 f.: il.

Orientador: Prof^a. Ms. Sheila Sayuri Kataoka.
Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Rating. 2. Cooperativas de Crédito. 3. Relatórios Financeiros. I.
Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU (2. ed.): 657(043.2)

CAMILA MAIA DOS SANTOS

**A PARTICIPAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS NA ELABORAÇÃO DO
RATING PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO ÀS PESSOAS JURÍDICAS NA
PERCEPÇÃO DOS ANALISTAS: um estudo de caso em uma cooperativa de
crédito.**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Professora Ms. Sheila Sayuri Kataoka
Orientador

Professor Ms. Herbert de Oliveira Rêgo
Examinador 1

Professor (a) Ms. Mirza Cunha Saraiva
Examinador 2

João Pessoa, Março de 2014.

Dedico este Trabalho aos meus pais, JOSÉ CESIDIO E MARIA JOSÉ, por todo o esforço, dedicação e apoio em cada momento de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço venho prestar meus agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho e o alcance de mais um objetivo.

Em primeiro lugar, a Deus, pelo dom da vida e por me dar forças nessa caminhada, pois sem ele seria impossível chegar onde cheguei;

A minha orientadora, a Professora Mestre Sheila Sayuri Kataoka, que desde do início se portou de forma prestativa e atenciosa, sempre compartilhando comigo os seus conhecimentos e a sua sabedoria, fazendo de sua participação uma peça de extrema importância para elaboração deste;

Aos professores, os quais eu tive o prazer de conviver, pela bagagem de conhecimentos que hoje levo comigo;

Ao Gabriel Aragão, pelos conselhos e dicas fundamentais para o aprimoramento dos meus conhecimentos em relação ao tema abordado em minha pesquisa;

Aos meus amigos verdadeiros, pela amizade e carinho;

Aos colegas de trabalho, pelo incentivo e apoio, em especial: Jaqueline e George;

Aos colegas acadêmicos pela cumplicidade construída durante todos esses anos de curso, em especial: Joyce, Juliana e Ladjane, por todos os momentos, pelo apoio e pela amizade a mim dedicados;

Ao meu noivo Hewerson, por me amar e me apoiar, sempre me incentivando e me fazendo acreditar em meu potencial;

A minha irmã Simone, pela força, carinho e admiração que sempre me transmitiu e que serviram como fonte de motivação;

E por fim, um agradecimento eterno, aos meus pais, José Cesidio e Maria José, a quem devo minha formação pessoal e acadêmica, pois com todo o amor a mim dedicado conseguiram enfrentar todas as dificuldades e me trilhar no caminho correto. De fato, o orgulho e a admiração que têm por mim, neste momento, não se comparam ao que sinto por eles.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Marthin Luther King

RESUMO

Os relatórios financeiros são a principal fonte de informações a respeito das empresas para todo e qualquer usuário da informação contábil. A análise financeira consiste no ato de expressar em índices os dados numéricos que são descritos de forma padronizada, a fim de demonstrar e interpretá-los de maneira mais simples, porém detalhada, para que sejam melhor compreendidos os dados contidos nestes relatórios. Neste contexto, foi verificada a participação dos relatórios financeiros na elaboração do *rating* para a concessão de crédito às pessoas jurídicas sob a percepção dos analistas de crédito de uma cooperativa de crédito na cidade de João Pessoa através de uma pesquisa exploratória. Com a realização desta pesquisa foi possível verificar a utilização destes relatórios para elaboração do *rating* para pessoas jurídicas pela cooperativa de crédito, analisar o grau de confiabilidade dos relatórios apresentados pelos seus clientes e as vantagens e limitações na utilização destes relatórios para elaboração do *rating*. Contudo, observou-se que os relatórios financeiros têm uma pequena participação na elaboração do *rating* de pessoas jurídicas na cooperativa de crédito, sendo o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício os mais utilizados, com o objetivo de verificar a capacidade de pagamento, o motivo da tomada do empréstimo e solidez da empresa tomadora do crédito, através dos seus resultados, com base na evolução das receitas, despesas e a evolução patrimonial. Porém, no que tange aos índices e informações contidas nestes relatórios foi verificado que, a cooperativa não os utiliza, pois os analistas demonstraram falta de conhecimento a respeito da utilização destes com esta finalidade, considerando o suporte à tomada de decisão de concessão do crédito aos seus clientes como maior vantagem e a confiabilidade nas informações contidas nos relatórios como maior limitação em sua utilização.

Palavras-chave: *Rating*. Cooperativas de Crédito. Relatórios Financeiros.

ABSTRACT

Financial reports are the main source of information about companies for all users of accounting information. A financial analysis is an act of expressing the numerical data in indexes that are described in a standard manner, in order to demonstrate and interpret them in a simple, but detailed way, so the data contained in these reports could be understood better. In this context, we investigated the involvement of financial reports in the rating for the granting of credit to Legal Entities under the Credit Analysts perception of a credit union in the city of João Pessoa through an exploratory research. With this research, it was possible to verify the use of these reports in the rating preparation for Legal Entities by the credit union, analyzing the reliability of the reports submitted by its customers and the advantages and limitations in using these reports to prepare the rating. However, it was observed that the involvement of financial reports in the preparation of the rating of the corporate credit union was little, the Balance Sheet and Income Statement were the most used, in order to verify the ability to pay, the reason of the loan and the soundness of credit borrowing firm, through its results, based on the evolution of revenues, expenses and equity evolution. Nevertheless, with respect to the contents and information contained in these reports, it was found that the cooperative does not use them because analysts have shown lack of knowledge regarding the use for this purpose, given the support to decision making for granting credit to their customers as biggest advantage and reliability of the information contained in the reports as major limitation in their use.

Keywords: Rating. Credit Unions. Financial Reports.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Fórmula matemática da Análise Vertical.....	35
Figura 2 -	Fórmula matemática da Análise Horizontal.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicador Serasa <i>Experian</i> da Qualidade de Crédito das Empresas.....	17
Tabela 2	Número de cooperativas por ramo.....	26
Tabela 3	Número de cooperados por ramo.....	26
Tabela 4	O desempenho comparativo do Sistema Financeiro Nacional versus o Sistema Financeiro Cooperativo.....	27
Tabela 5	Classificação do risco de crédito da Resolução nº 2.682/99 do BACEN, conforme determinação do CMN.....	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Princípios Cooperativos da ACI.....	23
Quadro 2	Subdivisão dos índices financeiros e econômicos.....	37
Quadro 3	Resumo sobre os índices financeiros.....	41
Quadro 4	Elaboração do <i>rating</i> para todos os cooperados, inclusive pessoas jurídicas.....	44
Quadro 5	Qual a forma de elaboração do <i>rating</i> na cooperativa.....	45
Quadro 6	Responsável pela elaboração do <i>rating</i> na cooperativa.....	45
Quadro 7	A forma das escalas do <i>rating</i> da cooperativa.....	45
Quadro 8	A quantidade de escalas do <i>rating</i> da cooperativa.....	46
Quadro 9	Relação direta do <i>rating</i> com as operações de crédito e as características mais afetadas por esta relação.....	46
Quadro 10	Existe alguma escala de <i>rating</i> que implique recusa imediata da operação de crédito.....	47
Quadro 11	A utilização dos relatórios financeiros para elaboração do <i>rating</i> pela cooperativa: se utilizam e quais deles são utilizados.....	47
Quadro 12	Motivos da utilização dos relatórios financeiros para elaboração do <i>rating</i> pela cooperativa.....	48
Quadro 13	A periodicidade que a cooperativa solicita os relatórios financeiros aos seus clientes pessoas jurídicas.....	48
Quadro 14	Quais os fatores mais significativos para elaboração do <i>rating</i> de pessoas jurídicas na opinião dos analistas de crédito da cooperativa.....	49
Quadro 15	Quais os pontos e índices mais relevantes na hora de realizar o <i>rating</i> de seus clientes.....	50
Quadro 16	Quais as informações extraídas dos relatórios financeiros na elaboração do <i>rating</i> e qual a mais importante destas.....	50
Quadro 17	As vantagens na utilização dos relatórios financeiros na elaboração do <i>rating</i>	51
Quadro 18	As limitações na utilização dos relatórios financeiros na elaboração do <i>rating</i>	52
Quadro 19	Maior vantagem na utilização dos relatórios financeiros na elaboração do <i>rating</i>	53
Quadro 20	Maior limitação na utilização dos relatórios financeiros na elaboração do <i>rating</i>	53
Quadro 21	Há alguma verificação se os relatórios financeiros apresentados pelos clientes da cooperativa podem ser considerados confiáveis para utilizarem na elaboração do <i>rating</i>	54

LISTA DE ABREVIATURAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional

AH – Análise Horizontal

AV – Análise Vertical

BACEN - Banco Central do Brasil

CMN - Conselho Monetário Nacional

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício

MPE - Micro e Pequenas Empresas

OCB - Organização das Cooperativas Brasileira

OCLD - Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa

SFC - Sistema Financeiro Cooperativo

SFN - Sistema Financeiro Nacional

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivos	15
1.1.1 Objetivo Geral	15
1.1.2 Objetivos Específicos.....	16
1.2 Justificativa	16
1.3 Estrutura do Trabalho.....	19
2 COOPERATIVAS DE CRÉDITO	20
2.1 Breve Histórico	20
2.2 Conceitos	21
2.3 Princípios Cooperativos.....	22
2.4 Classificação	23
2.5 O Cooperativismo de crédito e o Sistema Nacional Financeiro	25
3 CRÉDITO	28
3.1 Conceitos	28
3.2 Risco de Crédito	29
3.3 Rating	30
3.4 Política de Crédito	31
4 ANÁLISE FINANCEIRA	33
4.1 Conceitos e Objetivos	33
4.2 Análise Vertical e Horizontal	34
4.3 Análise por meio de índices.....	36
4.3.1 Liquidez.....	38
4.3.2 Endividamento ou Estrutura.....	38
4.3.3 Rentabilidade ou Índices de Retorno	39
4.3.4 Índices de Rotação ou Índices de Giro	39
4.3.5 Prazos Médios	39
5 METODOLOGIA.....	42
5.1 Classificação da Pesquisa.	42
5.2 Universo, População e Amostra da Pesquisa.....	43
5.3 Coleta de Dados.....	43
5.4 Análise de Dados	44
6 RESULTADOS DA PESQUISA.....	45
6.1 A elaboração do <i>rating</i>, no aspecto geral.	45
6.2 A utilização dos relatórios financeiros na elaboração do <i>rating</i> de pessoas jurídicas.....	48

7 CONCLUSÃO.....	56
7.1 Recomendações	57
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA.....	63
APÊNDICE B: AUTORIZAÇÃO DA EMPRESA PARA USO DAS INFORMAÇÕES	65

INTRODUÇÃO

Os relatórios financeiros são utilizados para diversos fins, que varia de acordo com a necessidade de cada usuário, pois estes detém informações à respeito da situação financeira e patrimonial das entidades. Deste modo, as instituições financeiras têm nestes relatórios uma importante ferramenta para avaliar o risco que cada cliente pessoa jurídica representa em sua carteira de crédito, uma vez que através da análise realizada, com base nesses relatórios, permite que esta consiga avaliar a capacidade de geração de caixa de seus clientes e, com isto, saber se estes conseguirão honrar com os seus compromissos no prazo definido.

Dessa forma, nas instituições financeiras, surge a necessidade da participação de relatórios financeiros que contenham informações que possam subsidiar a análise financeira e a elaboração do risco de crédito de seus clientes. Conforme Silva, J. (2012, p. 3) “A contabilidade é a linguagem dos negócios e as demonstrações contábeis são os canais de comunicação que nos fornecem dados e informações para diagnosticarmos o desempenho e a saúde financeira da empresa”.

Na prática, existem análises de crédito que tomam por base apenas o *rating*¹. Porém, os analistas não se fundamentam apenas nos critérios extraídos deste, mas buscam levar em consideração outros aspectos que sejam relevantes para traçar o perfil do cliente, como, por exemplo, a utilização dos “C’s” do crédito que são: Caráter, Capacidade, Capital, Colateral, Condições e Conglomerado. Ou seja, a utilização do máximo de informações externas a respeito do cliente, uma vez que isto contribui para elaboração de uma análise mais sólida ao estabelecer uma situação creditícia dos seus clientes e também eleva a segurança ao conceder o crédito.

As cooperativas de crédito são entidades que proporcionam serviços financeiros buscando oferecer aos seus cooperados poupança de seus recursos e o financiamento de suas necessidades e empreendimentos.

1- Sistema de classificação de risco utilizado pelas instituições financeiras para monitorar o risco das suas carteiras de crédito, onde este atribui uma medida que representam a expectativa de risco de perda associada ao tomador, podendo ser expressa na forma de letras e/ou números, dentro de uma escala previamente estabelecida. (BRITO et al. 2009).

Contudo, estas são devidamente autorizadas e regulamentadas como instituição financeira, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e têm na concessão de crédito a maior atividade operacional. No entanto, não possuem fins lucrativos, com isto, todo o resultado do exercício é distribuído entre seus associados; um dos fatores que as diferenciam dos demais tipos de bancos comerciais.

A concessão de crédito nas cooperativas ocorre de acordo com as normas e taxas definidas em resoluções e de acordo com o manual de crédito de cada cooperativa, onde este descreve todos os fatores a serem observados e procedimentos a serem seguidos pelos analistas de crédito. Além disso, possuem uma alçada específica para liberação do crédito, onde quanto maior o risco de crédito, maior a análise realizada e a alçada das pessoas que irão liberar a operação. Contudo, as cooperativas possuem um comitê de crédito que verifica as operações de crédito liberadas pela instituição.

Neste aspecto, onde se verifica a importância da prática da análise do risco das operações para a concessão do crédito, às pessoas jurídicas, dentro das cooperativas de crédito, surge a necessidade de verificar e analisar a participação dos relatórios financeiros na elaboração do *rating* pelos analistas de crédito da cooperativa escolhida como amostra. Logo, o presente trabalho pretende responder a seguinte pergunta: **Qual a participação dos relatórios financeiros na elaboração do *rating* para a concessão de crédito às pessoas jurídicas, na percepção dos analistas de uma cooperativa de crédito?**

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a participação dos relatórios financeiros apresentados às instituições financeiras na elaboração do *rating* para a concessão de crédito às pessoas jurídicas, na percepção dos analistas de uma cooperativa de crédito.

1.1.2 Objetivos Especificos

- Verificar a utilização dos relatórios financeiros na elaboração do *rating* de pessoas jurídicas pela cooperativa de crédito.
- Analisar o grau de confiabilidade em relação aos relatórios financeiros que são apresentados pelos clientes, do ponto de vista dos analistas de crédito da cooperativa.
- Identificar as vantagens e as limitações da utilização dos relatórios financeiros na elaboração do *rating*, por parte dos analistas de crédito da cooperativa.

1.2 Justificativa

A Resolução nº 2.682/99 do BACEN, conforme determinação do Conselho Monetário Nacional (CMN) normatiza que as instituições financeiras, devidamente autorizadas e regulamentadas por este, devem classificar suas operações de crédito em uma escala de rating, e esta deve apresentar-se em ordem crescente de risco e distribuídos nos seguintes níveis: AA, A, B, C, D, E, F, G e H. Além disso, esta resolução prevê que, a responsabilidade da elaboração desta classificação é da instituição detentora do crédito e que deve ser embasada em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas e deve contemplar pelo menos os seguintes aspectos em relação ao devedor e seus garantidores:

- a) situação econômico-financeira;
- b) grau de endividamento;
- c) capacidade de geração de resultados;
- d) fluxo de caixa;
- e) administração e qualidade de controles;
- f) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- g) contingências;
- h) setor de atividade econômica;
- i) limite de crédito

(Art.2º da Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do BACEN).

O Indicador Serasa Experian de Inadimplência das Empresas, publicado em 26 de agosto de 2013, demonstra que a inadimplência das pessoas jurídicas aumentou 2,9% em julho de 2013, além disto, este levantamento realizado apresentou elevações no comparativo anual e acumulado. Na comparação com julho de 2012 avançou 4,6%e relativo aos acumulados de janeiro a julho de 2012/2013 o aumento foi de 1,8%. Contudo, para os economistas do Serasa Experian um dos fatores que influenciaram o aumento na inadimplência das empresas é o crédito mais seletivo.

O Indicador de Qualidade de Créditos das Empresas do Serasa Experian, o qual visa avaliar, o risco creditício das empresas, sendo constituído a partir dos ratings atribuídos às pessoas jurídicas com base nos modelos de avaliação de risco de crédito utilizados pela Serasa Experian. Tal indicador apresenta sua variação numa escala de 0 a 100, onde quanto maior o índice, melhor é a qualidade do crédito e por consequência, menor é a probabilidade de inadimplência. Este levantamento foi segmentado por região geográfica e por porte, logo, a análise realizada foi no período de 2009 a 2011, aonde dos somatórios trimestrais de cada ano chegou-se à média anual, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Indicador Serasa *Experian* da Qualidade de Crédito das Empresas

Período	Região					Porte		
	CO	N	NE	S	SE	MPE	Médias	Grandes
2009	375,76	368,30	380,00	382,76	384,16	381,00	394,21	393,84
	93,94	92,08	95,00	95,69	96,04	95,25	98,55	98,46
2010	376,24	368,35	380,72	382,76	384,10	381,54	393,86	393,46
	94,06	92,09	95,18	95,69	96,03	95,39	98,47	98,37
2011	377,84	369,65	381,40	382,82	384,24	382,46	393,54	393,35
	94,46	92,41	95,35	95,71	96,06	95,62	98,39	98,34

Fonte: Adaptado do Serasa *Experian* - Indicador Serasa *Experian* da Qualidade de Crédito das Empresas – 2009-2011.

Com isto, observa-se que na região Nordeste a média anual é acima dos 95, o que significa dizer que se encontra em uma situação favorável em relação às demais regiões, julgando a escala total, ficando abaixo apenas das regiões Sul e Sudeste, além disso, fica comprovado o aumento deste índice a cada ano. No que tange ao porte das empresas demonstrou que as Micro e Pequenas Empresas (MPE) possuem o menor percentual em relação às de maior porte, porém vem aumentando anualmente.

Logo, a análise realizada dos relatórios financeiros para elaboração do rating possibilita à instituição ofertante do crédito, nesse caso as cooperativas de crédito, verificar quais as condições da empresa tomadora em relação ao risco de default², de modo que, através desta análise se dará as características do crédito, como: os montantes a serem liberados, os prazos, as taxas, as condições de liberação e as garantias envolvidas nas operações, tudo isto com o intuito de mitigar este risco de default. Uma vez que através da classificação mensal do risco da carteira de crédito da cooperativa é que será constituída contabilmente a sua Provisão para Operações de Crédito de Liquidações Duvidosas (OCLD), conta esta que influencia diretamente o resultado da instituição financeira. Contudo, a inclusão dos relatórios financeiros, juntamente com as demais características dos clientes, é significativa para os gestores das instituições financeiras, pois estes são responsáveis, perante o BACEN, pela classificação do nível de risco de seus clientes, assim como também pela liberação final do crédito a cada um deles, tendo em vista que os contratos de operações de crédito são devidamente assinados e contém o parecer destes. Desta forma, percebe-se a importância da adoção dos procedimentos de análise do risco de crédito dentro das instituições financeiras de forma mais efetiva e periódica, pois através do rating estas terão subsídios para gerirem cada vez mais de forma lucrativa a sua carteira de crédito.

2 - O risco que o banco considera que o devedor é incapaz de cumprir suas obrigações de crédito para com a instituição, ou seja, quando se registra um atraso por parte do tomador superior a 90 dias. (BRITO et al. 2009).

1.3 Estrutura do Trabalho

Este trabalho encontra-se dividido em sete seções. Na primeira é apresentada a pesquisa em aspecto geral, contendo a sua problematização, o objetivo geral, específicos e a justificativa para desenvolvê-la. A segunda seção descreve um breve histórico, conceitos, princípios e a classificação do cooperativismo de crédito, assim como, sua relação com o Sistema Nacional Financeiro brasileiro. Já na terceira seção são contextualizados os conceitos de crédito, risco de crédito, o *rating* e as políticas de crédito. A análise financeira é apresentada na quarta seção, onde são relatados seus conceitos e objetivos, em aspecto geral, contendo os principais índices e métodos utilizados nesta prática. Na quinta seção é descrita a metodologia da pesquisa, onde é elencada sua classificação, o universo, a população e amostra da pesquisa, como também a coleta e análise dos dados apurados. Os resultados da pesquisa são descritos na sexta seção. Na última seção é apresentada a conclusão do trabalho com base nos assuntos abordados.

2 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Esta seção contemplará um breve histórico a respeito das cooperativas de crédito em geral e no Brasil, onde através de seus conceitos, princípios e classificações serão demonstrados o seu papel dentro do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

2.1 Breve Histórico

A história do cooperativismo moderno, na forma em que hoje se conhece, teve sua origem na cidade de inglesa de Rochdale, em 1844, onde 28 tecelões fundaram uma cooperativa de consumo. Porém, a primeira cooperativa de crédito surgiu em 1864, na cidade de Heddesdorfer, na Alemanha, fundada por Friedrich Wilhem Raiffeisen, a Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf, uma cooperativa tipicamente rural, assim como as demais criadas por Raiffeisen. No que tange as cooperativas de crédito urbano, o pioneiro destas foi Herman Schulze, onde em 1856, fundou a sua primeira “associação de dinheiro antecipado”, uma cooperativa de crédito na cidade alemã de Delitzsch (PINHEIRO, 2007).

As Caxias Rurais Raiffeisen somadas aos Bancos Populares Luzzatti, criado na Itália em 1864 e as Desjardins - Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo, criada no Canadá em 1900, formam os três modelos internacionais famosos de cooperativas de crédito, onde seus idealistas buscavam solucionar problemas econômicos e sociais, e são fontes principais do pioneirismo de crédito cooperativo no Brasil (PINHO, 2006).

No Brasil, conforme matéria publicada na revista Gestão Cooperativa, nº 47, ano 13, a cidade de Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul recebeu, em 19 de janeiro de 2010, o título de “Capital Nacional do Cooperativismo”, a partir da lei Federal nº 12.205/2010, é considerada o berço do cooperativismo de crédito da América Latina por sediar a primeira cooperativa de crédito, a Caixa de Economias e Empréstimos Amstad, hoje é a atual Sicredi Pioneira RS, fundada em 28 de dezembro de 1902 pelo Padre Theodor Amstad, precursor do cooperativismo de crédito no país.

2.2 Conceitos

O conceito de cooperativa de crédito é único, porém através das linhas de pensamentos a respeito destas é possível identificar a variedade de características exclusivas existentes e quais as diferenciam de outros tipos de instituições financeiras.

As cooperativas de crédito, para Pinho (2006, p. 19), “são instituições financeiras que funcionam à maneira de um banco e, no Brasil, estão sujeitas às normas do Banco Central, além das normas legais próprias do sistema cooperativo brasileiro”.

Santos (2013, p. 204) define,

As cooperativas são entidades locais/regionais geridas democraticamente pelos próprios usuários (associados), que têm como objetivo atender às necessidades financeiras desses mesmos cooperados, pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas na área de ação, área essa normalmente formada por um conjunto de municípios com características sociais e econômicas muito semelhantes.

O Banco Central do Brasil (BACEN, 2013) define as cooperativas de crédito como, instituições financeiras formadas por uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços a seus associados e tem como objetivo prestar serviços financeiros de modo mais simples e vantajoso aos seus associados, possibilitando o acesso ao crédito e outros produtos financeiros.

Alves e Soares (2006, p. 38) relatam que:

O cooperativismo é, para milhares de brasileiros, um veículo de acesso eficiente, transparente e adequado a uma série de produtos e serviços. Isso resume sua importância estratégica para todos os setores do governo e, no caso das cooperativas de crédito, para o Bacen.

Sousa (2006, p. 28) afirma que:

O crédito cooperativo pode ser considerado como uma imprescindível alternativa e uma base importante para viabilizar, fomentar e fortalecer as atividades empresariais de pequeno e médio portes, porque ao participar de uma Cooperativa de Crédito o empreendedor cria uma relação mútua que facilitará o conhecimento recíproco entre as partes. Isto é, de um lado o empreendedor, com sua atividade empresarial própria e, do outro, a Cooperativa com a sua missão voltada para orientar e disponibilizar produtos e serviços compatíveis com as necessidades de seus associados, os quais, por sua vez, também participam do capital da própria cooperativa.

Com base nas definições apresentadas, pode-se entender as cooperativas de crédito, como instituições financeiras sem fins lucrativos, regulamentadas, em nosso país, pelo Banco Central e criadas com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados, pessoas físicas e jurídicas, de forma mais eficiente, ou seja, funcionam da mesma forma que um banco, mas com diferenciais sócios econômicos característicos destes.

2.3 Princípios Cooperativos

O cooperativismo de crédito, além de incluir as influências internacionais como Schulze-Delitzsch e Raiffeisen, Luzzatti e Desjardins, no que tange as orientações organizacionais extraídas destes modelos de cooperativas, inclui também, em seu contexto internacional, os *valores de identidade cooperativa* e os *princípios cooperativos* definidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

A ACI é o órgão responsável pela representação das cooperativas em todo o mundo, foi criada em 1895, em Londres, afim de “continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale”, nos dias de hoje sua sede localiza-se em Genebra (PINHO, 2006, **grifo do autor**).

No ano de 1995 a ACI divulgou a nova redação dos princípios cooperativos, sendo esta descrita no Quadro 1.

Quadro 1 – Princípios Cooperativos da ACI

PRINCÍPIO	EXPLICAÇÃO
1 - Adesão voluntária e livre	As cooperativas são organizações abertas à participação de todos, sem discriminações de gênero, etnia, classe social, opção política ou religiosa;
2 - Gestão democrática:	As cooperativas são organizações democráticas controladas pelos cooperados (com direito a um voto, independente do número de cotas);
3 - Participação econômica dos membros:	Ou contribuição dos cooperados para o capital das cooperativas, sendo este controlado de acordo com decisão tomada em assembleia geral;
4 - Autonomia e independência:	A cooperativa é uma empresa autônoma controlada pelos cooperados, que são seus donos;
5 - Educação, formação e informação:	Dos associados e do público em geral sobre as vantagens do cooperativismo;
6 - Intercooperação:	As cooperativas devem manter intercâmbio entre si, em níveis local, regional, nacional e internacional;
7 - Preocupação com a comunidade:	As cooperativas trabalham para o bem-estar da comunidade, através de projetos aprovados por seus membros.

Fonte: Adaptado de Pinho, 2006, p. 19.

Logo, os princípios cooperativistas criados pela ACI, juntamente com os valores de identidade cooperativa que são: auto-ajuda, auto-responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, constituem as principais bases do cooperativismo, uma vez que devem ser seguidos para que a atividade cooperativa possa existir efetivamente em sua essência.

2.4 Classificação

A classificação das cooperativas de crédito brasileiras ocorre de duas maneiras, de forma individual, de acordo com seus vínculos associativos, ou seja, conforme sua condição estatutária de adesão dos cooperados, e conforme a participação em sistemas de cooperativismo. Quanto a sua forma individual, estas podem ser divididas em seis diferentes tipos: emprego; profissão ou trabalho;

atividades rurais ou de pescado; pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores; empresários; livre admissão de associados. Porém, no que tange a participação destas em sistemas cooperativos, são classificadas como: i) participantes em sistemas estruturados em três níveis de atuação: cooperativa singular, cooperativa central e confederação; ii) participantes em sistemas que contém apenas dois níveis: cooperativas singulares e cooperativas centrais; iii) cooperativas independentes, ou seja, aquelas que não estão vinculadas a nenhum sistema. (VENTURA et al., 2009).

O Sistema de Crédito Cooperativo é estruturado em forma de pirâmide, onde no topo desta, encontram-se as Confederações de Cooperativas de Crédito, ou cooperativas de terceiro grau, onde estas são controladoras de dois bancos – o Banco Cooperativo S.A. (Bansicredi S.A.) e o Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob S.A.); na parte central da pirâmide, abaixo das confederações encontram-se as Centrais de Cooperativas de Crédito e por fim, na base desta, estão localizadas as Cooperativas Singulares de Crédito. (SOUZA, 2009).

Alves e Soares (2006, p. 44) argumentam que:

O sistema cooperativista de crédito brasileiro está estruturado segundo perfis verticalizados e horizontalizados. Enquanto os primeiros buscam a centralização e os ganhos pela economia de escala e se caracterizam por sua estrutura piramidal, com as cooperativas singulares ocupando a base, as centrais ocupando a zona intermediária e as confederações o topo, os segundos buscam a formação de redes de pequenas cooperativas solidárias organizadas sob a forma radial, com diversas singulares vinculadas apenas a uma central, sem outra entidade acima desta.

Desta forma, observa-se que as formas de classificação das cooperativas de crédito podem ser quanto à forma descrita em seus estatutos da admissão de associados, assim como a participação em sistemas de cooperativismo. Com isto, existem outros órgãos que fazem parte deste universo, porém cada um com a sua finalidade como é o caso dos bancos de compensação das cooperativas, Bancoob S.A e o Bansicredi S.A.

2.5 O Cooperativismo de crédito e o Sistema Nacional Financeiro

Santos (2013) afirma que, no Brasil, as cooperativas de crédito têm se firmado como importantes ferramentas de inclusão financeira, uma vez que através das suas particularidades, elas oferecem, aos seus cooperados, produtos e serviços personalizados, idealizados conforme a realidade e as necessidades destes, todavia, procuram orientá-los a utilizarem da melhor maneira os seus recursos, além disso, elas disponibilizam taxas mais atrativas, estimulando, dessa forma, uma competição saudável no mercado financeiro nacional.

Soares e Melo Sobrinho (2007) destacam a importância típica do setor cooperativista para a sociedade, pois este promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em função da comunidade, onde é desenvolvido. De modo que, se torna importante para o desenvolvimento local, pelo fato de representar iniciativas diretamente promovidas pela população, de forma sustentável, principalmente nos aspectos de formação de poupança e de financiar as iniciativas empresariais que geram benefícios notórios no que tange a geração de empregos e de distribuição de renda.

Estas afirmações sobre as funções de uma cooperativa são comprovadas mediante o número de cooperativas e cooperados existentes no país. Dados extraídos da Organização Brasileira das Cooperativas (OCB) que divulgou no ano de 2011 o número de cooperativas registradas no órgão foram 6.586 (seis mil quinhentos e oitenta e seis) e com relação ao número de associados ultrapassaram os 10 milhões. Analisados por ramos, o ramo que obteve maior percentual de aumento em relação a este item foi o ramo do crédito com 4.673.174 (quatro milhões seiscentos e setenta e três mil cento e setenta e quatro) associados, conforme é demonstrado nas tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Número de cooperativas por ramo

RAMOS	Nº DE COOPERATIVAS		VARIACÃO
	2011	2010	
Agropecuário	1.523	1.548	-2%
Transporte	1.088	1.015	7%
Crédito	1.047	1.064	-2%
Trabalho	966	1.024	-6%
Saúde	846	852	-1%
Educacional	294	302	-3%
Produção	243	235	3%
Habitacional	226	242	-7%
Infraestrutura	128	141	-9%
Consumo	120	123	-2%
Mineral	69	63	10%
Turismo e Lazer	27	31	-13%
Especial	9	12	-25%
TOTAL	6.586	6.652	-1%

Fonte: OCB - Panorama do Cooperativismo Brasileiro -2011.

Tabela 3 - Número de cooperados por ramo

RAMOS	Nº DE COOPERADOS		VARIACÃO
	2011	2010	
Crédito	4.673.174	4.019.528	16%
Consumo	2.710.423	2.297.218	18%
Agropecuário	969.541	943.054	3%
Infraestrutura	829.331	778.813	6%
Saúde	271.004	246.265	10%
Trabalho	188.644	217.127	-13%
Transporte	143.458	321.893	-55%
Habitacional	99.474	101.071	-2%
Mineral	58.891	20.792	183%
Educacional	51.534	57.547	-10%
Produção	11.500	11.454	0%
Turismo e Lazer	1.468	1.368	7%
Especial	393	397	-1%
TOTAL	10.008.835	9.016.527	11%

Fonte: OCB - Panorama do Cooperativismo Brasileiro - ANO 2011

Em outra vertente, a matéria divulgada na revista Gestão Cooperativa, nº 63, ano 15, faz um comparativo da evolução do Sistema Financeiro Nacional (SFN) com o Sistema Financeiro Cooperativo (SFC) no período de junho de 2012 à junho de 2013, a qual apresenta a evolução em pontos percentuais de vários critérios, onde, na maioria destes demonstraram –se à favor do SFC, com destaque especial para o quadro social, onde 19,3% do SFC contra 7,5% do SFN, que é justificado pelas aberturas dos estatutos das cooperativas, ou seja, são de livre admissão, possibilitando assim o acesso a novos públicos, sem esquecer de uma maior familiaridade, que reflete o aumento da confiança da população com o empreendimento cooperativo e seus diferenciais.

Tabela 4 - O desempenho comparativo do Sistema Financeiro Nacional versus o Sistema Financeiro Cooperativo.

EVOLUÇÃO	SFN	SFC
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E SISTEMA FINANCEIRO COOPERATIVO JUN 2013 x JUN 2012		
Patrimônio Líquido	1,2%	19,0%
Depósitos	3,5%	15,5%
Operações de Crédito	17,5%	22,2%
Ativos	14,8%	16,5%
Resultado da Intermediação Financeira	6,6%	9,8%
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	10,4%	20,1%
Despesas Administrativas	8,3%	14,6%
Resultado (Lucro Líquido ou Sobras)	17,6%	7,0%
Clientes/Associados	7,5%	19,3%
Pontos de Atendimento	3,1%	2,0%
Funcionários	-0,7%	23,2%

Fonte: **BACEN – 2013.**

Com isto, pode-se afirmar que, além de intermediadora financeira, as cooperativas de crédito contribuem com o desenvolvimento social da área em que se desenvolvem, de modo que possuem um caráter, perante o seu cliente, diferenciado, pois estas se preocupam com a saúde financeira e com os benefícios que serão gerados que favorecerão a sociedade, diferentemente de outros tipos de instituições financeiras que, na maioria dos casos, visam apenas o lucro que será gerado em favor da própria instituição.

3 CRÉDITO

Nesta seção serão contemplados os assuntos com relação ao crédito, no sentido de finanças, onde serão demonstrados os conceitos de crédito, o risco de crédito, o *rating* para decisão do crédito e a política de crédito para que, através destes seja enfatizada a relevância da análise e gestão do crédito pelas instituições financeiras para que seja cumprida a Resolução 2.682/99 do BACEN, conforme determinação do CMN.

3.1 Conceitos

O crédito pode ser compreendido como a concessão de recursos a terceiros, de forma temporária, em contrapartida de uma remuneração, ou seja, os juros, cobrados ao devedor pela utilização, podendo ser concedido por vários tipos de empresas e com diversas finalidades, destacando as do segmento bancário, pois estes atuam como intermediadores das captações e aplicações de recursos na economia, sob regulamentação das normas estabelecidas pelas autoridades monetárias. (CAMARGOS et al., 2010).

Crédito para uma instituição financeira, segundo Brito e Neto (2008, p. 19), “refere-se, principalmente, à atividade de colocar um valor à disposição de um tomador de recursos sob a forma de um empréstimo ou financiamento, mediante compromisso de pagamento em uma data futura.”

Segundo, BACEN (2013, p. 19), crédito “é um termo geral, utilizado para nomear as diferentes maneiras com que os bancos, financeiras e outras instituições financeiras emprestam dinheiro a seus clientes.”

Crédito, no entanto, compreende-se pela aquisição de recursos realizada por um tomador a um credor, mediante contrato firmado entre as partes, onde este detém todas as condições de pagamento.

3.2 Risco de Crédito

O Basileia³ define risco de crédito como sendo a *Probability of Default* (probabilidade de omissão), onde *default* é definido como:

Uma probabilidade de omissão é considerada como tendo ocorrido no que diz respeito a um devedor particular, quando um ou ambos dos seguintes eventos ocorrerem:

- O banco considerar improvável o devedor pagar suas obrigações de crédito para o grupo bancário na íntegra, sem recurso pelo banco para ações como a realização de segurança (se realizada).
- O devedor registrar um atraso superior a 90 dias relativamente a uma obrigação de crédito significativa perante o grupo bancário (BASILEIA II, **tradução nossa**).

O risco de crédito está associado à possibilidade de o credor incorrer em perdas caso as obrigações assumidas por um tomador não sejam liquidadas nas condições pactuadas. O risco de crédito pode ser determinado pelas perdas geradas pela ocorrência de um evento de *default* com o tomador ou pela deterioração da sua qualidade de crédito. A deterioração da qualidade de crédito do tomador não resulta em uma perda imediata para o credor, mas, sim, no incremento da probabilidade de que um evento de *default* venha a ocorrer (BRITO et al., 2009, p. 30).

O risco de crédito é o risco de perda em que se incorre quando há incapacidade de uma contrapartida numa operação de concessão de crédito. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos à instituição que podem prejudicar o pagamento do montante de crédito concedido. Para determinar o risco de crédito de um cliente com maior ou menor exatidão, pode proceder-se a avaliações do risco. Estas avaliações podem ser mais ou menos detalhadas e cuidadas de acordo com a atividade em questão e o peso do crédito concedido sobre a carteira total da instituição (CEZAR et al, 2013, p. 3).

3 - Revisão realizada em 2004 do acordo criado pelo o *Bank for International Settlements* (BCBS) em 1988 chamado de Acordo de Capital da Basileia, onde esta ficou conhecida como Basileia II, com o objetivo de buscar uma medida mais precisa dos riscos incorridos pelos bancos internacionalmente ativos (BASILEIA II).

Dessa forma, risco de crédito pode ser compreendido como o risco inerente à concessão de um crédito a um tomador, pela instituição financeira, devido à possibilidade deste não cumprir com suas obrigações perante o credor conforme acordo firmado; logo, este deve ser reconhecido quando for comprovado o não pagamento pelo tomador à instituição financeira na íntegra e quando registrar um atraso superior a 90 dias. Para se obter mais exatidão na determinação do risco de crédito de um cliente deve-se realizar avaliação do risco, que podem conter mais ou menos detalhes e seus cuidados variam conforme a atividade em questão e o peso do valor concedido em relação à carteira total da instituição.

No Brasil, as instituições financeiras são regulamentadas pelo BACEN, no que tange a classificação do risco de crédito de suas operações devem fazer cumprir a Resolução nº 2.682/99 do BACEN que define os critérios que devem ser observados para a classificação do risco de crédito de acordo com os dias de atraso e o percentual a ser provisionado pelas instituições financeiras, conforme demonstrado na tabela 5.

Tabela 5 - Classificação do risco de crédito da Resolução 2.682/99 do BACEN, conforme determinação do CMN.

Dias de atraso	-	Até 14 dias	De 15 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 150 dias	De 151 a 180 dias	Acima de 181 dias
Classes de Risco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Provisionamento	0,0 %	0,5%	1,0%	3,0%	10%	30%	50%	70%	100%

Fonte: Adaptado de SILVA, J. (2013).

3.3 Rating

O *rating* é uma avaliação do risco, onde esta avaliação é realizada por meio da mensuração e ponderação das variáveis determinantes do risco da empresa e é apresentado por um código ou classificação, onde este fornece uma graduação do risco. (SILVA, J. 2013).

Scalet e Kelly (2012, p. 478) relatam que:

Os ratings servem para os investidores que querem informações sobre instrumentos de dívida, mas podem não ter os recursos ou a capacidade de avaliar informações públicas e não públicas sobre a empresa ou governos na emissão da dívida. Com a informação veiculada por uma classificação, os compradores e vendedores podem reduzir drasticamente seus custos de transação. A financeira tornar-se um bem público que serve os interesses de todo o sistema financeiro(Tradução nossa).

Logo, o *rating* é um código ou classificação que tem a função de avaliar o risco, mediante uma mensuração e avaliação dos fatores que são influenciáveis no risco da empresa, fornecendo assim, uma espécie de escala de risco. Para instituições financeiras, funciona a moda de um índice que traça o perfil creditício dos clientes, já para investidores, fornece informações sobre instrumentos de dívidas.

3.4 Política de Crédito

A política de crédito, conforme Silva (2013), também conhecida como “padrões de crédito”, tem como objetivo básico promover orientação nas decisões de crédito com base nos objetivos desejados estabelecidos. Logo, pode-se afirmar que a política de crédito é:

- um guia para decisão de crédito, porém não é a decisão;
- rege a concessão de crédito, porém não concede o crédito;
- orienta a concessão do crédito para o objetivo desejado, mas não é o objetivo em si. (SILVA, J. 2013, p. 80).

Conforme Figueira (2001, p. 15):

A política de crédito de uma empresa deve ter como objetivo a orientação aos profissionais que concedem crédito - visando a que considerem, ao analisarem determinado cliente, o critério da ponderação do risco e retorno inerente a esse tomador -, bem como a disseminação e uniformização dos métodos de planejamento, organização e execução dos serviços.

Com base nestas afirmações, pondera-se que a importância da orientação das decisões do crédito está relacionada aos profissionais que detêm a função de conceder o crédito, com isto, a política de crédito tem a função de guiar, reger e orientar a concessão de crédito de uma empresa, porém a decisão de conceder, ou não, a um cliente se dará por estes profissionais que concedem o crédito.

No que tange a sua importância, Silva, J. (2013, p. 81) afirma que:

A política de crédito deverá estar reservada aos escalões hierárquicos mais altos (Conselho de Administração, Diretor-Presidente, Diretor Financeiro etc.) dentro das organizações. Para os bancos, normalmente há um “Comitê de Crédito”, que é uma espécie de órgão colegiado, que responde pelas decisões de crédito.

4 ANÁLISE FINANCEIRA

Nesta seção serão contemplados o conceito e objetivo da análise financeira em aspecto geral, além disso, será apresentada a análise horizontal e vertical, assim como, a análise por meio de índices, onde serão relacionados os principais índices utilizados na elaboração desta análise e suas respectivas funções.

4.1 Conceitos e Objetivos

A análise financeira, segundo Azevedo (2009, p. 16) “é o exame de laboratório da saúde econômica, financeira e patrimonial da sociedade. É um diagnóstico bem- estruturado da situação do patrimônio.”

Silva, J. (2013, p. 186) conceitua análise financeira como:

O exame das informações obtidas por meio das demonstrações contábeis, com o intuito de compreender e avaliar aspectos como: (1) a capacidade de pagamento da empresa por intermédio da geração de caixa; (2) capacidade de remunerar os investidores gerando lucro em níveis compatíveis com suas expectativas; (3) nível de endividamento, motivo e qualidade do endividamento (4) políticas operacionais e seus impactos na necessidade de capital de giro da empresa; (5) diversos outros fatores que atendam ao propósito do objetivo da análise.

Entende-se por demonstrações contábeis o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados e Demonstração do Valor Adicionado conforme prevê a Lei nº 6.404/76 e modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Silva, J. (2013) afirma que a análise financeira não pode ser restrita aos relatórios financeiros, contudo deve abranger todos os demais fatores que possam interferir na situação financeira da empresa, com isto, demonstra a necessidade do analista financeiro deter conhecimentos de outras áreas, como economia, administração geral entre outros.

Embora possa haver variação em sua denominação – análise contábil, análise financeira, análise econômico-financeira, análise de balanços etc., a análise financeira tem como objetivo observar e confrontar os elementos do patrimônio e os resultados operacionais, visando o conhecimento mais detalhado e completo de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual e, com isto, servir de ponto inicial para traçar o comportamento futuro da entidade. (BRAGA, 2012).

Costa et al. (2009, p. 15) afirma que:

A análise econômico-financeira tem por objetivo extrair informações das demonstrações financeiras e dos demais relatórios dos últimos anos, a fim de interpretar, em termos quantitativos, o efeito das decisões (investimentos, operações e financiamentos) tomadas pela empresa.

Azevedo (2009, p. 18) destaca, também, que além de sua relevante importância na tomada de decisão gerencial, esta análise “servirá de balizamento para credores e investidores, muito mais pela interpretação dos indicadores resultantes de aplicações de fórmulas matemáticas, do que pelos números resultantes dessas contas.”

4.2 Análise Vertical e Horizontal

A análise vertical (AV), também denominada de análise da estrutura, é a relação entre uma conta, ou seja, um elemento, e o grupo a que ela pertence relacionada à parcela com o todo. Esta compreende elementos homogêneos,

relativos a um mesmo período; logo, análise vertical é um processo de comparativo, sendo expresso em porcentagem, que relaciona cada conta contábil com um valor referencial identificado no relatório financeiro específico. A análise vertical tem como objetivo avaliação da estrutura do Balanço Patrimonial e da DRE, verificando a participação em termos percentuais dos demais componentes destes relatórios, além disso, facilita a avaliação da estrutura das demonstrações contábeis. Além disso, procura observar o comportamento destes, ao longo do período, se eles se mantêm em uma mesma tendência ou apresenta algum desequilíbrio relevante que necessite de uma análise mais detalhada. Para elaboração desta análise é necessário no mínimo dois anos, mas o recomendável são três anos. Logo, para obter os coeficientes da análise vertical basta dividir o valor de cada conta em relação a um valor base, ou seja, calcula-se o percentual de cada conta patrimonial em relação ao total do Ativo ou do Passivo e nas contas de resultado em relação à Receita Operacional Líquida da empresa. Ao se obter os percentuais, após serem feitos individualmente em cada demonstração objeto da análise, com o objetivo de serem comparados entre si, onde serão identificadas as variações ocorridas em cada um dos elementos observados, abandonam-se os valores monetários e passa a se utilizar os dados percentuais. (ZDANOWICZ, 2012; BRAGA 2012; AZEVEDO, 2009).

Logo, a fórmula da Análise Vertical (AV) é ser descrita conforme a figura 1.

Figura 1 - Fórmula matemática da Análise Vertical

$$AV_n = \frac{\text{Rubrica}_n}{\text{Base}} \times 100$$

Fonte: **SILVA, J.(2013).**

O processo de análise horizontal (AH), também conhecida como análise de tendência ou análise de evolução, dos relatórios financeiros compreende ao estudo comparativo da evolução das contas contábeis em períodos de tempos consecutivos, onde as variações apresentadas ao longo do tempo permitem avaliar as medidas estratégicas adotadas pela empresa no passado. Esta análise é realizada com base em números-índices, onde toma-se o primeiro período como

base 100 (cem) e estabelecem-se a evolução dos demais exercícios comparativamente a essa base inicial para a conta que está sendo analisada, e por meio de uma regra de três simples, apura-se o valor da conta no período seguinte. A informação retirada da análise horizontal é a evolução individual de cada conta em relação à evolução de uma conta-padrão (COSTA et al., 2009, OLIVEIRA, 2010; SILVA, J. 2013)

A fórmula matemática da Análise Horizontal (AH) pode ser descrita conforme a figura 2.

Figura 2 - Fórmula matemática da Análise Horizontal

$$AH \text{ em } 20Xn = (\text{rubrica em análise de } 20Xn : \text{Rubrica em análise em } 20X1) \times 100$$

Fonte: SILVA, J. (2013).

4.3 Análise por meio de índices

Os índices financeiros são relações entre contas ou o grupo de contas dos relatórios financeiros, que têm como objetivo fornecer informações que são mais difíceis de serem visualizadas de forma direta nestes relatórios. Em sua grandeza, os índices permitem a comparação ano a ano de uma mesma empresa, com o intuito de observar as tendências e seu comportamento, além de possibilitar a comparação de um determinado índice com o de outras empresas de mesmo ramo, para se visualizar como esta se comporta em relação às suas principais concorrentes. (SILVA, J. 2013).

Com relação à padronização dos relatórios financeiros para realização da análise financeira das empresas, Camargo (2007, p. 184) afirma que:

O exame e a padronização das contas preparam as demonstrações para atender a finalidades específicas de análise de crédito ou investimentos, o que pressupõe a readaptação e realocação de algumas contas, por semelhança ou conveniência, visto que, numa visão gerencial, estas podem se enquadrar melhor em outros grupos.

A análise por índices compreende em índices financeiros e econômicos. Os financeiros evidenciam a situação financeira da empresa. Os econômicos são aqueles que demonstram margens de lucro (rentabilidade), de retorno de capital investido, velocidade das operações realizadas entre outros. (OLIVEIRA et al. 2010).

A subdivisão dos índices financeiros e econômicos podem ser compreendidos de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2 – Subdivisão dos índices financeiros e econômicos

FINANCEIROS	ECONÔMICOS
Índices de Liquidez	Índices de Rentabilidade ou Retorno
Liquidez Imediata	Margem Bruta
Liquidez Corrente	Margem Operacional
Liquidez Seca	Margem Líquida
Liquidez Geral	Rentabilidade do Ativo
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido
Índices de Estrutura ou Endividamento	Índices de Rotação ou de Giro
Participação de Capital de Terceiros	Giro do Ativo Total
Composição do Endividamento	Giro do Ativo Médio
Endividamento Geral	Giro do Patrimônio Líquido
Imobilização do Patrimônio Líquido	Giro do Ativo Permanente
Imobilização dos Recursos Não Correntes	Prazos Médios
	Prazo Médio de Renovação de Estoques
	Prazo Médio de Recebimento de Clientes
	Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores
	Posicionamento Relativo

Fonte: Adaptado de OLIVEIRA et al. (2010).

Contudo, Silva, J. (2013) adverte que: “o índice fornece a noção quantitativa das relações estabelecidas, porém, não fornece os elementos qualitativos contidos nestas.”

4.3.1 Liquidez

Os índices de liquidez demonstram a situação financeira da empresa a curto, médio e longo prazo. Porém, não devem ser confundidos com a capacidade de pagamento, uma vez que, esses somente indicam a solidez da situação financeira da empresa, pois não levam em consideração variáveis que também influenciam no pagamento das dívidas, como por exemplo, prazo, renovação da dívida, recebimentos entre outros. Além disso, esses índices são vistos como bons indicadores de problemas de fluxo de caixa, onde sinalizam sobre possíveis pressões de falta de caixa (AZEVEDO, 2009).

Com base nessas informações, compreendem-se como índices de liquidez aqueles que demonstram a saúde financeira das empresas, levando em consideração as dívidas de curto, médio e longo prazo. Estes indicadores, também auxiliam a detectar problemas em seus fluxos de caixa.

4.3.2 Endividamento ou Estrutura

No que tange aos índices de endividamento ou estrutura, Oliveira et al. (2010, p. 6) afirma que:

Estes índices relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. São quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa no que se refere ao capital de terceiros. Os índices de estrutura ou endividamento avaliam a composição e a aplicação dos recursos da empresa.

Logo, compreendem-se por índices de endividamento ou estrutura aqueles que têm a função de avaliar os recursos da empresa, tanto em sua aplicação quanto a sua composição. Uma vez que, estes fazem relações entre o capital próprio com o capital de terceiros, enfatizando o grau de dependência da empresa no que tange ao capital de terceiros.

4.3.3 Rentabilidade ou Índices de Retorno

Os índices de rentabilidade ou de retorno são aqueles que resultam da relação entre o lucro periódico com outros elementos dos demonstrativos contábeis. São índices diferenciados dos demais pelo fato de referirem-se a períodos e não a dados relativos a uma determinada data, com isto oferecem maior segurança ao analista. (IUDÍCIBUS et al., 2010).

4.3.4 Índices de Rotação ou Índices de Giro

Oliveira et al. (2010, p. 8) define os índices de rotação ou de giro como sendo “aqueles que informam a velocidade com que os recursos disponíveis são aplicados.” Com base nisto, podemos compreendê-los como sendo os índices os quais se verifica o tempo de aplicação dos recursos disponíveis da empresa com a finalidade de saber a velocidade em que estes são aplicados.

4.3.5 Prazos Médios

Em relação aos índices de prazos médios, Oliveira et al. (2010, p. 9) os definem como sendo aqueles “que podem ser dados em número de vezes de renovação do item ou em dias.” Contudo, pode-se defini-los como sendo aqueles em que se verifica o número de vezes em que um item, ou em dias, é renovado, isto é, quanto tempo este leva para se recompor.

Uma compreensão mais simplificada dos índices utilizados na análise financeira esta contemplada a seguir, através do Quadro 3, onde neste, os índices estão descritos seguidos de suas fórmulas matemáticas, além da indicação de cada um destes, como suas interpretações.

Quadro 3 – Resumo sobre os índices financeiros

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA (*)	INTERPRETAÇÃO (**)
Giro do ativo	$GA = VL/Atm$	Quanto a empresa vendeu comparado com ativo total	Quanto maior, melhor
Retorno sobre vendas	$RSV = LL/VL$	Percentual de LL sobre as vendas	Quanto maior, melhor
Retorno sobre ativo	$RSA = LL/Atm$	Percentual de LL sobre o ativo médio	Quanto maior, melhor
Retorno sobre patrimônio líquido	$RSPL = LL/PLm$	Percentual de LL sobre o patrimônio líquido	Quanto maior, melhor
Ativo sobre patrimônio líquido	$ASPL = Atm/PLm$	Relação entre o ativo total e o patrimônio líquido	Quanto maior, pior
Prazo médio de rotação de estoques	$PMRE = (Estm/CMMV) / 360$	Tempo que a empresa demora para girar o estoque	Quanto maior, pior
Prazo médio de recebimento das vendas	$PMRV = (DRm/V) / 360$	Tempo que a empresa demora para receber as vendas	Quanto maior, pior
Prazo médio de pagamento das compras	$PMPC = (Form/C) / 360$	Tempo que a empresa demora para pagar as compras	Quanto maior, melhor
Participação de capitais de terceiros	$PCT = (PC + PNC)/PL$	Percentual de capital de terceiro em relação ao patrimônio líquido	Quanto maior, pior
Composição do endividamento	$CE = PC/(PC + PNC)$	Percentual de dívida que vence no curto prazo	Quanto maior, pior
Imobilização do patrimônio líquido	$IPL = (INV + IMO + INT)/PL$	Percentual de recursos próprios aplicado em caráter permanente	Quanto maior, pior
Endividamento financeiro s/ ativo total	$EFSAT = (PCF + PNC)/AT$	Percentual do ativo financiado com recurso de natureza financeira	Quanto maior, pior
Nível de desconto de duplicatas	$NDD = DD/DR$	Percentual das duplicatas a receber descontadas	Quanto maior, pior
Liquidez geral	$LG = (AC + RLP)/(PC + PNC)$	Relação entre os direitos de curto e longo prazo com a dívida total	Quanto maior, melhor
Liquidez corrente	$LC = AC/PC$	Relação entre os direitos de curto prazo e a dívida de curto prazo	Quanto maior, melhor
Liquidez seca	$LS = (DISP + AF + DRI)/PC$	Relação entre os recursos financeiros + recebíveis com a dívida de curto prazo	Quanto maior, melhor
Saldo de tesouraria sobre vendas	$ST/Vendas$	Percentual do saldo de tesouraria em relação às vendas	Quanto maior, melhor
Índice de cobertura de juros	$ICJ = EBIT/DF$	Capacidade operacional de pagamento dos encargos financeiros	Quanto maior, melhor

Fonte: SILVA, J. (2013).(*) “INDICA”, é um lembrete daquilo que o índice representa, não é um conceito.(**) “TIPO” é uma interpretação sob a perspectiva de risco e deve ser vista com o devido cuidado. (SILVA, J., 2013, p. 224).

5 METODOLOGIA

Nesta seção serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa contida neste trabalho, onde será contemplado a classificação da pesquisa, quanto aos seus objetivos, procedimentos e abordagem do problema, assim como, o procedimento metodológico utilizado para realizar a coleta de dados; além disso, será descrito o universo, a população e a amostra da pesquisa e será relatado como foi realizada a análise dos dados coletados.

5.1 Classificação da Pesquisa.

A pesquisa realizada neste trabalho, quanto aos objetivos, é do tipo exploratório, onde, de acordo com Beuren et al. (2008, p. 80) “por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”.

Quanto aos procedimentos a pesquisa é um estudo de caso, que conforme Gil (2002, p. 54) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.”

Por fim, quanto à abordagem do problema, a pesquisa se dá de forma qualitativa dos dados, que conforme Beuren et al. (2008) neste tipo de pesquisa, são realizadas análises mais profundas do fenômeno que está se estudando, além disso, este estudo, procura destacar características que não são observadas por meio de um estudo quantitativo, pois este último se torna mais superficial.

Para obtenção dos dados, o procedimento aplicado nesta pesquisa é a entrevista estruturada, onde Beuren et al. (2008) ainda ressalta que trata-se da entrevista onde o entrevistador segue um roteiro, o qual é estabelecido previamente, com perguntas predeterminadas. Neste estudo, serão aplicadas com os analistas de crédito da cooperativa, objeto de estudo deste trabalho.

5.2 Universo, População e Amostra da Pesquisa

O universo escolhido para a pesquisa, por motivo de conveniência, devido ao fato do autor trabalhar há três anos na empresa, despertando o interesse para o tema, foi uma cooperativa de crédito mútuo, fundada em 1999, na cidade de João Pessoa, na Paraíba, e em novembro de 2011 incorporou duas cooperativas do mesmo sistema cooperativo, situadas nas cidades de Recife, em Pernambuco, e Natal, no Rio Grande do Norte, onde estas passaram a operar como postos de atendimento da incorporadora. Atualmente, a cooperativa apresenta um quadro de clientes composto por 1.443 (um mil quatrocentos e quarenta e três) cooperados, onde operam com um quadro de funcionários composto por 30 (trinta) funcionários, sendo 6 (seis) analistas de crédito, sendo estes a população da pesquisa, e uma carteira de crédito composta de R\$ 11.700.312,81 (onze milhões setecentos mil trezentos e doze reais e oitenta e um centavos), onde desta, a carteira de pessoa jurídica representa 1,26% de sua carteira total (Dados de 2014).

A amostra da pesquisa foi composta por quatro analistas de crédito, sendo um diretor operacional, um gerente geral, uma assistente de crédito e uma auxiliar de crédito, porém dois outros auxiliares de crédito não foram entrevistados, pelo fato destes terem sido contratados recentemente e ainda estarem em treinamento na função.

5.3 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista estruturada, com base em um questionário de perguntas, onde sua estrutura foi dividida em dois blocos de perguntas. O primeiro, o bloco A, abordou cinco perguntas, sendo quatro abertas e uma fechada, com alternativas de “a” a “e”, e estas referentes às informações sobre a elaboração do *rating*. O segundo bloco, o bloco B, apresentou oito questões abertas referentes à utilização dos relatórios financeiros na elaboração do *rating* de pessoas jurídicas. Algumas das questões apresentadas nesta pesquisa foram replicadas do questionário elaborado por Silva, G. 2011, conforme consta no apêndice A.

A pesquisa foi realizada *in loco* no dia 09 de janeiro de 2014, onde toda a entrevista foi realizada de forma individual com cada um dos participantes e os áudios destas, foram gravados, com autorização verbal para isto, em um aparelho eletrônico, mp3, por medida de segurança e autenticidade desta pesquisa. Além disso, a divulgação dos dados da cooperativa foi devidamente autorizada por escrito, conforme consta no apêndice B.

5.4 Análise de Dados

A análise dos dados foi realizada com o auxílio do aparelho eletrônico, mp3, o qual continha as gravações, onde foram ouvidas as respostas e extraídos os dados, os quais foram colocados em uma planilha do programa Microsoft Office Excel 2007 para levantamento das respostas de todos os entrevistados e através destas, formar uma resposta única, para que sirva como resposta a problemática desta pesquisa e com isto, alcançar os objetivos traçados neste trabalho. Dessa maneira conseguiu-se saber a forma de elaboração do *rating* no geral e a participação dos relatórios financeiros na elaboração deste para pessoa jurídica. Além disso, foi possível saber quais destes relatórios são mais utilizados e as vantagens e limitações na utilização destes para elaboração do *rating*.

6 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção serão relatados os resultados obtidos na pesquisa realizada neste trabalho, apresentando de forma descritiva os resultados obtidos. Será dividida em duas partes, a primeira, conterá informações sobre o *rating* no geral e as formas de elaboração pela cooperativa, além de conter o perfil dos entrevistados; a segunda, serão descritas as informações sobre a participação dos relatórios financeiros na elaboração do *rating*, no caso das pessoas jurídicas.

6.1 A elaboração do *rating*, no aspecto geral.

Os entrevistados que participaram da entrevista, foram chamados de Respondentes seguidos pela numeração, respeitando a ordem de realização das entrevistas, onde o primeiro foi o Diretor Operacional da cooperativa e com formação em Ciências Contábeis; o segundo foi o Gerente Operacional com formação em Tecnologia da Informação; o terceiro foi a auxiliar de crédito, onde esta é estudante do curso de Administração de Empresas e o último entrevistado foi a assistente de crédito com formação em Ciências Contábeis.

No quesito em que se questionava se a cooperativa realiza o *rating* para todos os seus clientes, inclusive as pessoas jurídicas as respostas estão apresentadas conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Elaboração do *rating* para todos os cooperados, inclusive pessoas jurídicas.

Respondente 1	Sim
Respondente 2	Sim
Respondente 3	Não
Respondente 4	Sim, exceto para pessoas jurídicas

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O que demonstra certa confusão, devido às mudanças ocorridas na forma de elaboração do *rating*, conforme foi relatado por um dos participantes, tendo em vista que estes ainda estão passando por fase de adaptação aos novos procedimentos que foram impostos pela central de cooperativas a qual eles participam.

No quesito em que questionava a forma e os responsáveis pela elaboração do *rating* as respostas se deram conforme o Quadros 5 e 6.

Quadro 5 – Qual a forma de elaboração do *rating* na cooperativa

Respondente 1	Por um questionário de pesquisas de informações financeiras com base no Manual de Crédito.
Respondente 2	Planilha que é disponibilizada
Respondente 3	Formulário pronto para preenchimento.
Respondente 4	Sistêmica, através do programa Web Gerencial.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Neste caso, apresentou-se, novamente, uma pequena divergência nas respostas, que pode ser explicado pelo mesmo motivo já mencionado.

Quadro 6 – Responsável pela elaboração do *rating* na cooperativa

Respondente 1	O setor de crédito, mas precisamente a assistente de crédito
Respondente 2	O setor de crédito, mas precisamente a assistente de crédito
Respondente 3	O setor de crédito
Respondente 4	O setor de crédito

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Porém, a assistente de crédito, a qual seria um dos respondentes, afirmou que há uma conferência pelos controles internos da empresa.

No que tange as forma das escalas do *rating* da cooperativa houve uma divergência de respostas, conforme pode ser observado no Quadro 7.

Quadro 7 – A forma das escalas do *rating* da cooperativa

Respondente 1	Misto
Respondente 2	Misto
Respondente 3	Numérico
Respondente 4	Alfabético

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Logo, em relação à quantidade de escalas existentes as repostas dos entrevistados estão descritas no Quadro 8.

Quadro 8 – A quantidade de escalas do *rating* da cooperativa

Respondente 1	Varia de A ao H
Respondente 2	Varia de A ao H
Respondente 3	Varia de A ao H
Respondente 4	Não sabe quantas possui, mas varia de A ao H

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Apesar dos respondentes não informarem a quantidade de escalas em si, todos afirmaram que a escala varia de do nível A ao H, sendo assim consideradas oito escalas. Com isto, demonstram que a cooperativa segue a Resolução nº 2.682/99 do BACEN, conforme determinação do CMN, que determina a escala de risco de crédito em nove itens, do AA ao H.

Na questão fechada em que questionava primordialmente se o *rating* elaborado às pessoas jurídicas teria relação direta com as operações de crédito, e dentro das cinco opções existentes relativas às características das operações que são afetadas por conta dessa relação direta existente com nível do *rating* as respostas se deram conforme o Quadro 9.

Quadro 9 – Relação direta do *rating* com as operações de crédito e as características mais afetadas por esta relação

Respondente 1	Sim	"c" - Mais garantias e "a" - Preço mais elevado
Respondente 2	Sim	"c" - Mais garantias
Respondente 3	Sim	"c" - Mais garantias
Respondente 4	Sim	"c" - Mais garantias

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O que demonstra uma forte influência do índice de risco de crédito nas operações da cooperativa, principalmente no que diz respeito às garantias envolvidas nas transações, afim de não incorrer em perdas futuras.

Finalizando o primeiro bloco de perguntas, na questão onde indagava se dentro das escalas de *rating* existentes na instituição, existiria alguma delas que implicariam na recusa imediata da operação as repostas estão apresentadas no Quadro 10.

Quadro 10 – Existe alguma escala de *rating* que implique recusa imediata da operação de crédito

Respondente 1	Sim, o nível H.
Respondente 2	Sim, o nível H.
Respondente 3	Sim
Respondente 4	Sim

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Com isto, ficou reforçada a ideia de que existe uma relação direta entre o *rating* e as operações de créditos, tendo em vista que há casos em que só pelo índice em que o cliente se enquadra pode haver recusa imediata desta concessão.

6.2 A utilização dos relatórios financeiros na elaboração do *rating* de pessoas jurídicas.

Iniciando as questões sobre a utilização dos relatórios financeiros na elaboração do *rating* de pessoas jurídicas, a questão indagava se estes relatórios são utilizados, quais e o porquê de sua utilização, as respostas estão relatadas nos Quadros 11 e 12.

Quadro 11 – A utilização dos relatórios financeiros para elaboração do *rating* pela cooperativa: se utilizam e quais deles são utilizados

Respondente 1	Sim; o Balanço Patrimonial e a DRE
Respondente 2	Sim; o Balanço Patrimonial e a DRE
Respondente 3	Não
Respondente 4	Não sei

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Quadro 12 – Motivos da utilização dos relatórios financeiros para elaboração do *rating* pela cooperativa.

Respondente 1	Verificar o número de ativos, as receitas e a capacidade de pagamento da empresa tomadora.
Respondente 2	Verificar a solidez da empresa tomadora, com o objetivo de verificar o motivo da tomada do crédito, se é para o crescimento dela, ou apenas solucionar um problema de liquidez.
Respondente 3	Não se aplicou a resposta
Respondente 4	Não se aplicou a resposta

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Em relação, aos dois últimos participantes, os quais não se aplicaram suas respostas, pois o terceiro respondente afirmou que não utilizaria estes relatórios para elaborar o *rating* de pessoa jurídica, pois este só é elaborado depois da concessão do crédito, ou seja, este índice é realizado com base nas operações que o cliente já possui, exceto quando tratar-se da primeira operação de um cliente na cooperativa. Com isso, para verificar o que este possui em outras instituições verificam o BACEN e não as demonstrações; o quarto respondente afirmou que não sabia se utilizará, pois não seria o responsável por realizar o *rating* de pessoas jurídicas. Com estas respostas, ficou claro a pouca utilização dos relatórios financeiros, principalmente a utilização dos diversos índices financeiros que estes disponibilizam.

Com relação à periodicidade em que são solicitados os relatórios financeiros de seus clientes pessoas jurídicas as respostas foram conforme o Quadro 13.

Quadro 13 – A periodicidade que a cooperativa solicita os relatórios financeiros aos seus clientes pessoas jurídicas

Respondente 1	Anualmente; para atualização cadastral.
Respondente 2	Anualmente; para atualização cadastral.
Respondente 3	Anualmente; para atualização cadastral.
Respondente 4	Não tenho certeza se para atualização cadastral

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Mesmo todos enfatizando a atualização cadastral o motivo para solicitarem aos seus clientes pessoas jurídicas os relatórios financeiros, todos os respondentes afirmaram que sempre que o cliente realiza uma operação de crédito eles solicitam os mais atuais, para análise do crédito, um deles enfatizou que são solicitados os três mais atuais. Com base nisto, observa-se a periodicidade adequada, tendo em vista que para poderem realizar a operação de crédito eles solicitam os meses mais recentes, além disso, há uma preocupação com a solicitação para renovação de cadastro destes clientes.

Na questão em que se verificava a opinião dos analistas a respeito dos fatores que seriam mais significativos para elaboração do *rating* de pessoas jurídicas as respostas dos entrevistados foram divergentes uma das outras conforme pode ser observado no Quadro 14.

Quadro 14 – Quais os fatores mais significativos para elaboração do *rating* de pessoas jurídicas na opinião dos analistas de crédito da cooperativa

Respondente 1	Os relatórios financeiros
Respondente 2	Informações sobre os sócios e dirigentes, onde consultamos o CPF destes, já em relação a própria empresa tomadora são verificados outros fatores, como a idoneidade da empresa, o tempo em que se encontra ativa na Receita Federal do Brasil e seu endividamento referente à tomada de crédito no SFN.
Respondente 3	As garantias, se estas seriam sólidas e a capacidade de pagamento do cliente.
Respondente 4	Todas as informações que são solicitadas são importantes para liberação do crédito, e a que mais influenciaria são as garantias

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Além disso, mesmo o segundo respondente afirmando que verificaria o endividamento do cliente referente à tomada de crédito no SFN, este não citou de que forma, se pelos relatórios financeiros ou pelo próprio BACEN. Portanto, neste quesito ficou caracterizada a falta de conhecimento a respeito da utilização dos relatórios financeiros para elaboração do *rating*. Além disso, ficou explícito a falta de importância atribuída, por parte dos analistas, em relação aos relatórios financeiros e suas funções e índices disponíveis que auxiliam na elaboração deste índice de risco de crédito.

Ao abordar os entrevistados no que tange aos pontos e índices mais relevantes na hora de realizar o *rating* de seus clientes, dentre as respostas, os fatores mais citados por eles foram a capacidade de pagamento e as garantias, conforme pode ser observado no Quadro 15.

Quadro 15 – Quais os pontos e índices mais relevantes na hora de realizar o *rating* de seus clientes

Respondente 1	A capacidade de pagamento e as garantias.
Respondente 2	A capacidade de pagamento, as garantias e as restrições que o cliente possui.
Respondente 3	As restrições que o cliente possui nos órgãos de cobrança (SPC e Serasa).
Respondente 4	Todas as informações são relevantes, pois todas estas influenciam no resultado do <i>rating</i> , como por exemplo se o cliente possui restrição no BACEN e as garantias.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Com isto, reforçou a falta de conhecimentos a respeito dos relatórios financeiros por parte dos analistas de créditos, pois todos os pontos elencados por eles são de dados sobre as próprias operações que estes já possuem, ou seja, sobre o perfil tomador deste e as garantias envolvidas nas operações.

Ao questionar sobre quais as informações extraídas dos relatórios financeiros na elaboração do *rating* e qual seria a mais importante destas os participantes as respostas foram um pouco divergentes, onde estas estão descritas no Quadro 16.

Quadro 16 – Quais as informações extraídas dos relatórios financeiros na elaboração do *rating* e qual a mais importante destas.

Respondente 1	Evolução das receitas e despesas, além da evolução patrimonial, assim como o número de ativos que a empresa tomadora possui.
Respondente 2	Evolução das receitas e despesas, além da evolução patrimonial, assim como o número de ativos que a empresa tomadora possui.
Respondente 3	Nenhuma informação, pois os relatórios financeiros são utilizados para análise de crédito e não para elaboração do <i>rating</i> .
Respondente 4	Não sei, mas acredito que sejam as mesmas que utilizam para a tomada do empréstimo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Logo, mais um ponto que reafirma o fato de haver uma falta de conhecimento a respeito da utilização dos relatórios financeiros para elaboração do *rating* por parte do analistas.

Quando foi indagado sobre as vantagens e limitações na utilização dos relatórios financeiros para elaboração do *rating*, as respostas foram distintas novamente, como podem ser compreendidas pelos Quadros 17 e 18.

Quadro 17 – As vantagens na utilização dos relatórios financeiros na elaboração do *rating*

Respondente 1	A segurança e confiabilidade nas operações e nas garantias que vão serem exigidas nestas.
Respondente 2	O suporte dado à análise de crédito, pois sem estes seria impossível realizar qualquer análise, com o objetivo de verificar o crescimento e o espelho da própria instituição tomadora.
Respondente 3	Nenhuma vantagem, pois a análise de pessoas jurídicas é realizada pela gerencia e diretoria, logo não me vejo com capacitação técnica para analisar relatórios financeiros, pois não há treinamento voltado para isto, mas acredito que seja o fato de serem observados os ativos que a empresa possui, o saldo médio e o fato destes relatórios serem a comprovação dos rendimentos das empresas.
Respondente 4	O fato de podermos verificar a capacidade de pagamento dos nossos clientes.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Quadro 18 – As limitações na utilização dos relatórios financeiros na elaboração do *rating*

Respondente 1	O fato do nosso manual de crédito disponibilizado pela Central de cooperativas que participamos ser voltado para pessoas físicas, com isto a análise de pessoas jurídicas acaba sendo realizada com base em nossos conhecimentos como analistas.
Respondente 2	São inúmeras, pois a análise de pessoas jurídicas, dependendo da sua segmentação, seja do ramo empresarial ou sem fins lucrativos, as quais nós também operamos, e no caso destas ultimas, principalmente, não possuem um balizador para verificar através de um <i>Credit Scoring</i> ⁴ qual a real necessidade deles e suas reais situações em relação ao mercado financeiro.
Respondente 3	A falta de treinamento para análise financeira de pessoas jurídicas, o que acaba tornando uma análise restrita à gerência e diretoria.
Respondente 4	Nenhuma limitação, pois considero o nosso novo sistema completo para elaboração do <i>rating</i> .

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O fato é que a falta de conhecimento sobre o uso dos relatórios por parte dos analistas, os fizeram posicionar-se nesta questão de forma mais operacional de elaboração deste índice do que em relação aos próprios relatórios, o que se esperava com a elaboração desta questão.

Com base na questão acima, onde falava das vantagens e limitações ao utilizarem os relatórios financeiros, perguntou-se qual seria a maior das vantagens e maior limitação, os dados se confirmaram na maioria das respostas, como podem ser observados nos Quadros 19 e 20.

4 - Método estatístico utilizado para gerir e monitorizar o risco de incumprimento de todo o portfólio de crédito de uma instituição financeira, onde servem como ferramenta de suporte à decisão de crédito. (SEMEDO, 2009).

Quadro 19 – Maior vantagem na utilização dos relatórios financeiros na elaboração do *rating*

Respondente 1	A segurança em conceder o crédito.
Respondente 2	O suporte a tomada de decisão do crédito.
Respondente 3	A possibilidade de verificarmos a capacidade de pagamento de nossos clientes.
Respondente 4	Não se aplicou.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Quadro 20 – Maior limitação na utilização dos relatórios financeiros na elaboração do *rating*

Respondente 1	A deficiência nos manuais disponibilizados pela nossa Central.
Respondente 2	A falta de confiabilidade nos relatórios financeiros, pois nem sempre o que é apresentado nestes corresponde a realidade da empresa tomadora.
Respondente 3	A falta de conhecimento aprofundado em relação as informações contidas nos relatórios financeiros
Respondente 4	Não se aplicou.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Para o quarto respondente não se aplicou esta questão, pelo fato de ter elencado na questão anterior apenas uma vantagem, que seria a opção de verificar a capacidade de pagamento e não relatou nenhuma limitação.

Encerrando a entrevista, foi questionado aos entrevistados, se haveria alguma análise ou procedimento para verificar se os relatórios financeiros apresentados por seus clientes podem ser considerados confiáveis para utilizarem na elaboração do *rating*, quais seriam e como seriam realizadas, as respostas dos entrevistados estão descritas no Quadro 21.

Quadro 21 – Há alguma verificação se os relatórios financeiros apresentados pelos clientes da cooperativa podem ser considerados confiáveis para utilizarem na elaboração do *rating*.

Respondente 1	Não, pois confiamos no fato da responsabilidade das informações contidas nos relatórios financeiros está no contador que as preparou.
Respondente 2	Há uma análise mais histórica, ou seja, uma análise subjetiva do perfil do cliente na cooperativa.
Respondente 3	Não.
Respondente 4	Não.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Esta ultima questão demonstra a falta de preocupação com as informações que estes relatórios contêm, tendo em vista que no mínimo deveriam se preocupar em verificar se não tinha nenhuma informação que demonstre divergência da realidade, de modo que estes possuem informações disponíveis para isto.

7 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo saber qual a participação dos relatórios financeiros na elaboração do *rating* para concessão de crédito às pessoas jurídicas, na percepção dos analistas de uma cooperativa de crédito. A pesquisa teve seu resultado obtido através da participação dos analistas de crédito da cooperativa escolhida como universo para o estudo, onde através da entrevista estruturada realizada com estes, elencaram a utilização e os seus conhecimentos a respeito dos relatórios financeiros na elaboração do *rating* dos seus clientes pessoas jurídicas.

Inicialmente, através das respostas coletadas, verificou-se que a cooperativa realiza o *rating* para todos os seus clientes, inclusive pessoas jurídicas, sendo de responsabilidade do setor de crédito esta função, exceto as pessoas jurídicas, pois é realizado pela gerência e diretoria. Contudo, verificou-se que as escalas de *ratings* utilizadas pela cooperativa seguem a Resolução nº 2.682/99 do BACEN, e estes mantêm uma relação direta entre o crédito e o nível de risco de crédito.

Com relação à utilização dos relatórios financeiros para elaboração do *rating* dos seus clientes, o Balanço Patrimonial e a DRE são os relatórios mais utilizados por estes, pelo fato de, através destes conseguirem verificar os resultados da empresa por meio da evolução das receitas e despesas somadas a evolução patrimonial dos seus clientes, possibilitando identificar a capacidade de pagamento e os motivos da tomada do crédito, além da análise da solidez da empresa tomadora. Além disso, foi possível observar a não utilização de mais informações e índices que estes relatórios fornecem para realização da análise financeira de seus clientes, uma vez que, os analistas demonstraram falta de conhecimento no que diz respeito à utilização destes relatórios para esse fim.

Observou-se também que estes se comportaram de forma mais operacional em relação às vantagens e limitações de utilizarem estes relatórios, porém enfatizaram que a maior vantagem é o suporte à tomada de decisão, em relação à concessão do crédito, e a maior limitação é a confiabilidade nas informações contidas nestes relatórios, porém os analistas da cooperativa não realizam nenhum procedimento para verificar as informações contidas nos relatórios fornecidos pelos seus clientes, a fim de obter confiabilidade nestes.

Desta forma, pode-se concluir que os relatórios financeiros têm uma pequena participação da elaboração do *rating* de pessoas jurídicas, mesmo contendo uma vasta carga de informações e índices que servem como fortes ferramentas para subsidiar a realização deste índice, como também a análise de crédito em si. Fato este que pode ser compreendido pela limitação encontrada na realização desta pesquisa, no que tange a falta de conhecimento e interpretação das perguntas realizadas na entrevista a respeito do assunto abordado, fator que dificultou a interpretação dos dados coletados, assim como o resultado geral da pesquisa.

Porém, por se tratar de um estudo de caso, os resultados obtidos nesta pesquisa são restritos a cooperativa, objeto de estudo, não podendo ser entendido outros.

7.1 Recomendações

Com a realização da presente pesquisa e do estudo apresentado, espera-se que este trabalho possa servir de motivação para novos estudos nesta área, além de despertar nos usuários da informação contábil, em geral, o uso destes relatórios como uma ferramenta para chegar às decisões que necessitam, uma vez que, estes são as principais fontes de informações a respeito do patrimônio das instituições. Recomenda-se a aplicação desta linha de pesquisa em outras regiões, assim como, em outros tipos de instituições financeiras, a fim de obter uma comparação dos resultados.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA COOPERATIVA NACIONAL. **Co-operative identity, values & principles**. Disponível em: <<http://ica.coop/en/what-co-op/co-operative-identity-values-principles>>. Acesso em nov. 2013.

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Microfinanças: democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central**. 3 ed. Brasília: BACEN, 2006.

AMARAL, Hudson Fernandes et al. Governança corporativa e divulgação de relatórios financeiros anuais. **Contab. Vista & Rev.**, Minas Gerais, v. 19, n. 1, p. 61-82, jan./ mar., 2008. Disponível em: <http://mpira.ub.unizuenchen.de/9068/1/Governanca_Corporativa_e_Divulgacao_RFA_ContabVistaRevistav1912008.pdf>. Acesso em dez. 2013.

AZEVEDO, Marcelo Cardoso de. **Estrutura e análise das demonstrações financeiras**. Campinas: Alínea, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução n. 2.682, de 21 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Brasília: Banco Central, 1999. Disponível em: <www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf>. Acesso em: out. 2013.

_____. **FAQ – Cooperativas de crédito**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COOPERATIVASFAQ>>. Acessado em: nov. 2013.

BASILEIA. Disponível em: <http://www.bis.org/publ/bcbs107b.pdf>>. Acesso em: dez. 2013.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Glossário simplificado de termos financeiros. Brasília: BACEN, 2013.

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRITO, Giovani Antonio Silva et al. Sistema de classificação de risco de crédito: uma aplicação a companhias abertas no Brasil. **Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 51, p. 28-43, set./dez., 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2571/257119520009.pdf>> Acesso em: dez. 2013.

_____. NETO, Alexandre Assaf. Modelo de classificação de risco de crédito de empresas. **R. Cont. Fin.**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 18-29, jan./abr., 2008. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/6154/art_BRITO_Modelo_de_classificacao_de_risco_de_credito_2008.pdf?sequence=1> Acesso em: dez. 2013.

CAMARGO, Camila. Análise de investimentos e demonstrativos financeiros. Curitiba: Ibpx, 2007.

CAMARGOS, Marcos Antonio de et al. Fatores condicionantes de inadimplência em processos de concessão de crédito a Micro e Pequenas Empresas do Estado de Minas Gerais. **RAC.**, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 333-352, mar./abr., 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_1035.pdf>. Acesso em: dez. 2013.

CEZAR, Breno Lenz et al. **Sistema de apoio à decisão na concessão de crédito pessoal usando Lógica Fuzzy**. Disponível em: <http://www.info.aedb.br/seget/artigos06/403_SEGET-Breno-Formatado.pdf>. Acesso em: dez. 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09**: Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf> Acesso em: jan. 2014.

COSTA, Luiz Guilherme Tinoco Amorim et al. **Análise econômico-financeira de empresas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FIGUEIRA, Paulo Humberto. **Gestão do risco de crédito: análise dos impactos da Resolução 2682, do Conselho Monetário Nacional, na transparência do risco de carteira de empréstimos dos bancos comerciais brasileiros**. 2001. 167 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas – Escola Brasileira de Administração, Vitória, 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3995/000305726.pdf?sequence=1> Acesso em: dez. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. et al. **Manual de contabilidade societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEINEN, Ênio. Sistema Financeiro Cooperativo: o que anda bem e o que pode melhorar nos seus principais indicadores. **Gestão Cooperativa**. Brasília, ano 15, n. 63, p. 10-11, out./nov. 2013.

OCB. **Panorama do Cooperativismo Brasileiro – ano 2011**. Disponível em: http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasil_eiro___2011.pdf. Acesso em: dez. 2013.

OLIVEIRA, Alessandro Aristides de et al. A análise das demonstrações contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**. São Paulo. vol.1, nº 1 - 2010. Disponível em: http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdfs/ricardo_alessandro.pdf. Acesso em: jan. 2014.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 5 ed. Brasília: BACEN, 2007.

PINHO, Diva Benevides. **Brasil: crédito cooperativo e sistema financeiro**. São Paulo: ESEtec, 2006.

_____. PALHARES, Valdecir Manoel Affonso. **O cooperativismo de crédito no Brasil do século XX ao século XXI**. Edição comemorativa. Santo André: ESEtec, 2004.

Redação. Conheça Nova Petrópolis, a capital do cooperativismo no Brasil. **Gestão Cooperativa**, Brasília, ano. 13, n. 47, p. 32-33, out./nov.2010.

SANTOS, Carlos Alberto. **Pequenos negócios: desafios e perspectivas: serviços financeiros**, vol. 5, Brasília: SEBRAE, 2013.

SCALET, Steven; KELLY, Thomas F. **The ethics of credit rating agencies: what happened and the way forward**. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10551-012-1212-y#page-1>>. Acesso em: dez. 2013.

SEMEDO, Danilson Pedro da Veiga. **CreditScoring**: aplicação da Regressão Logística vs Redes Neurais Artificiais na avaliação do risco de crédito no mercado Cabo Verdiano. 2009. 126f. Dissertação (Mestrado em estatística e gestão de informação) - Universidade Nova de Lisboa - Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação. Disponível em: <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/4041/1/TEGI0258.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

SERASA EXPERIAN. **Inadimplência das empresas cresce 2,9% em julho, aponta Serasa Experian**. São Paulo, 26 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/release/noticias/2013/noticia_01317.htm>. Acesso em: out. 2013.

_____. **Indicador Serasa Experian da Qualidade de Crédito das Empresas**. Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/qualid_cred_empresas.htm>. Acesso em: dez. 2013

SILVA, GonçaloFrancisco de Oliveira Vilela da. **Critérios qualitativos na atribuição de Rating**: importância dada pelos bancos e impacto nas PME. 2011. 88f. Dissertação (Mestrado em finanças) – Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3488/1/TeseMestrado_Gon%C3%A7aloFranciscoOliveiraVilelaSilva.pdf>. Acesso em: dez. 2013.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira da empresas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Gestão e análise de risco de crédito**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SOARES, Marden Marques Soares; SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: BCB, 2007.

SOUZA, Rafael Bernardino de. **Cooperativas de Crédito: do básico ao gerencial**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2006.

SOUZA, Carlos Soares de. **Condicionantes ao desenvolvimento do cooperativismo de crédito no Brasil e modos de superá-los**. Um contributo. 2009. 69 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Empresas) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa. Disponível em: <http://www.cecremef.com.br/docs/dissertacao_carlos_soares.pdf?q=prettyphoto&iframe=true&width=100%&height=100%>. Acesso em: dez. 2013.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira et al. **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: BACEN, 2009.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Finanças aplicadas para empresas de sucesso**. São Paulo: Atlas, 2012.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Este questionário subsidiará a entrevista realizada com os analistas de crédito da cooperativa de crédito escolhida como modelo para embasar a pesquisa: **A PARTICIPAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS NA ELABORAÇÃO DO RATING PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO ÀS PESSOAS JURÍDICAS NA PERCEPÇÃO DOS ANALISTAS**, do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis da aluna Camila Maia dos Santos da Universidade Federal.

BLOCO A

Referente às informações sobre a elaboração do *rating*

1. A cooperativa realiza *rating* para todos os seus associados, inclusive pessoas jurídicas?
2. De que forma e por quem é realizado o *rating* na cooperativa?
3. (Questão adaptada de Silva, 2011) Qual a forma das escalas do *rating* da cooperativa? (Ex: Algébricos, numéricos ou mistos) e quantos possuem?
4. (Questão adaptada de Silva, 2011) O *rating* elaborado às pessoas jurídicas tem relação direta com as operações de crédito? Neste caso quais as características das operações que são mais afetadas?
 - a) Preço mais elevado
 - b) Necessita de mais colaterais
 - c) Mais garantias
 - d) Redução no prazo das operações
 - e) Redução do montante a financiar
5. (Questão adaptada de Silva, 2011) Existem níveis de *rating* que impliquem na recusa imediata da operação de crédito?

BLOCO B

Referente à utilização dos relatórios financeiros na elaboração do *rating*

1. Os relatórios financeiros são utilizados na elaboração do *rating* de seus clientes, pessoas jurídicas? Quais? Por quê?
2. Com que periodicidade e em que situações são solicitados os relatórios financeiros de seus clientes, pessoas jurídicas?
3. Em sua opinião, quais os fatores mais significativos na elaboração do *rating* de pessoa jurídicas?
4. Como analista de crédito quais os pontos e índices mais relevantes na hora de realizar o *rating* de seu cliente?
5. Quais as informações extraídas dos relatórios financeiros na elaboração do *rating*? E qual a mais importante destas?
6. Quais as vantagens de utilizar os relatórios financeiros para elaborar o *rating* de seus clientes? E quais as limitações?
7. De acordo com o item anterior, identifique qual a maior vantagem e a maior limitação e explique o por quê?
8. Existe alguma análise ou procedimento para verificar se os relatórios financeiros apresentados pelos seus clientes podem ser considerados confiáveis para utilizarem na elaboração do *rating*? Quais? Como realizam?

APÊNDICE B: AUTORIZAÇÃO DA EMPRESA PARA USO DAS INFORMAÇÕES



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Finanças e Contabilidade
Curso de Ciências Contábeis
Comissão de TCC



FORMULÁRIO IX

AUTORIZAÇÃO DA EMPRESA PARA USO DAS INFORMAÇÕES

AUTORIZO O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB A PUBLICAR O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, INTITULADO:

A participação dos relatórios financeiros na elaboração
do rating para concessão de crédito às Pessoas que
atua na prestação dos serviços: um estudo em uma
cooperativa de crédito.

RESSALVANDO-SE, PORÉM, AS SEGUINTE PARTES CONSIDERADAS CONFIDENCIAIS:
(SE HOVER)

PÁGINA	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES

EM CASO DE DÚVIDA CONSULTAR O SR. George Henrique

ENDEREÇO:

Av. Brincadeiras, nº 104 Centro - João Pessoa

TELEFONE(S): (83) 3241-8745

CARGO: Diretor Operacional

DATA: 09 / 01 / 2014

ASSINATURA:

[Assinatura]
carimbo da empresa